

Políticas linguísticas, línguas e internacionalização: uma análise em Instituições de Ensino Superior Públicas da Região Norte do Brasil /

Language policies, languages, and internationalization: an analysis of Public Higher Education Institutions in the North Region of Brazil

*Tatiane Lopes Moreira**

Graduação em andamento em Licenciatura em Letras-Língua Inglesa pela Faculdade de Línguas Estrangeiras (FALEST) da Universidade Federal do Pará, campus Bragança.

 <https://orcid.org/0000-0002-6056-0451>

*Rafael de Souza Timmermann***

Doutorado em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade de Passo Fundo/UPF. Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA/Bragança) na Faculdade de Línguas Estrangeiras (FALEST). É coordenador do Brazilian Team da ELINET (Education, Language and Internationalisation). É coordenador pedagógico e orientador de língua inglesa no programa Idiomas Sem Fronteiras (IsF) da Rede ANDIFES na UFPA.

 <https://orcid.org/0000-0002-9038-265X>

Recebido em 30 out. 2024. Aprovado em: 24 nov. 2024.

Como citar este artigo:

MOREIRA, Tatiane Lopes; TIMMERMANN, Rafael de Souza. Políticas linguísticas, formação linguística e internacionalização: uma análise em instituições da Região Norte do Brasil. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 13, n. 5, e3523, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1456296>

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar as políticas linguísticas das instituições públicas de ensino superior na Região Norte do Brasil, adotando uma abordagem qualitativa e exploratória baseada nos estudos de Spolsky (2004; 2009), Dearden (2014) e Lo Bianco (2008), para compreender de que forma as questões de linguagem e internacionalização são apresentadas nas políticas linguísticas. A metodologia empregada consistiu em uma análise documental (Gil, 2008), realizada a partir das informações disponíveis nos sites das instituições. Dos 22 (vinte e dois) institutos e universidades públicos da região, 7 (sete) apresentaram documentos específicos sobre políticas linguísticas,

*

 tatiane.moreira@braganca.ufpa.br

**

 rafaeltimmermann@ufpa.br

evidenciando a falta de uniformidade na adoção dessas diretrizes. A análise foi estruturada em torno de temas centrais, como a diversidade linguística, o uso de línguas indígenas, a internacionalização e o EMI (*English as a Medium of Instruction*). Os resultados revelaram variações consideráveis na aplicação das políticas entre as instituições, com algumas avançando mais na implementação de práticas voltadas para o inglês e a internacionalização, enquanto outras não apresentam de forma explícita as suas propostas. O estudo conclui que o fortalecimento das políticas linguísticas depende da formulação de diretrizes mais claras, além de mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, a fim de garantir uma resposta eficaz às demandas acadêmicas regionais e globais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Linguísticas; Região Norte do Brasil; Ensino Superior.

ABSTRACT

This study aims to analyze the language policies of public higher education institutions in the Northern Region of Brazil, adopting a qualitative and exploratory approach based on the works of Spolsky (2004; 2009), Dearden (2014), and Lo Bianco (2008) to understand how language and internationalization issues are addressed in these policies. The methodology employed consisted of a document analysis (Gil, 2008), conducted using information available on the websites of the institutions. Of the 22 public universities and institutes in the region, 7 provided specific documents related to language policies, highlighting the lack of uniformity in the adoption of these guidelines. The analysis was structured around key themes such as linguistic diversity, the use of indigenous languages, internationalization, and EMI (English as a Medium of Instruction). The results revealed considerable variation in language policy implementation across institutions, with some showing more progress in adopting practices focused on English and internationalization, while others do not explicitly showcase their proposals. The study concludes that the strengthening of language policies depends on the formulation of clearer guidelines, as well as continuous monitoring and evaluation mechanisms, to effectively respond to regional and global academic demands.

KEYWORDS: Language Policies ; Northern Region Of Brazil ; Higher Education.

1 Introdução

A linguagem, como um dos principais instrumentos de comunicação e construção de identidades, permeia todas as esferas da sociedade, incluindo o ambiente acadêmico. As políticas linguísticas, nesse contexto, constituem um conjunto de normas, diretrizes e ações que regulam o uso das línguas em diferentes contextos sociais (Spolsky, 2004). A política linguística é reconhecida como uma das mais relevantes entre as diversas políticas desenvolvidas em setores como economia, saúde, educação, meio ambiente e segurança social (Kumar, 2020 *apud* Zhang; Zhao; Huang, 2022). Ganhando crescente importância no cenário mundial, especialmente em tempos de globalização e internacionalização, essas políticas orientam o uso, o ensino e a preservação das línguas no contexto educacional, particularmente nas instituições de ensino superior (Spolsky, 2009). Como Internacionalização, conceitua-se as ações tomadas pelas universidades voltadas para preparar seus alunos para um contexto internacional, promovendo o desenvolvimento de competências interculturais e linguísticas, a ampliação da mobilidade



acadêmica, e a inserção em redes de pesquisa globais, com o objetivo de tornar as instituições mais competitivas no cenário mundial (Dearden, 2014).

No campo educacional, as políticas linguísticas desempenham um papel crucial ao definir os parâmetros para o ensino, a aprendizagem e a valorização das línguas. No ensino superior, essas políticas moldam diretamente as práticas pedagógicas, a estrutura curricular e as relações interpessoais dentro das instituições (Lo Bianco, 2008). Ao decidir quais línguas serão priorizadas nas aulas, nos materiais didáticos e nos processos avaliativos, as políticas linguísticas impactam o acesso ao conhecimento, a inclusão e a formação dos estudantes, promovendo, ou não, uma educação mais equitativa (Galloway; Rose, 2015).

O recorte que pretendemos apresentar, neste texto, trata das políticas linguísticas documentadas por instituições públicas de ensino superior da Região Norte do Brasil. É importante salientar que esta análise visa promover a discussão das propostas nos documentos e não a comparação entre elas: intentamos apontar caminhos positivos e possíveis a partir das leituras comentadas dos textos institucionais, apresentando os resultados através de subtemas-chave considerados pertinentes de análise, como Diversidade Linguística, Uso de Línguas Indígenas, Internacionalização e EMI (*English as a Medium of Instruction*).

Como mencionado, o recorte geográfico deste texto é a Região Norte do Brasil, a qual é composta pelos estados de Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins e parte do Maranhão, destacando-se pela sua vasta extensão territorial e diversidade cultural. Embora rica em recursos naturais, a região enfrenta desafios socioeconômicos significativos. Nesse contexto, a região Norte do Brasil, caracterizada por sua rica diversidade linguística, apresenta um cenário particular no que diz respeito à implementação de políticas linguísticas. Além do português, que é a língua oficial, a região abriga línguas indígenas, africanas, de imigração e de sinais. A coexistência dessas línguas desafia as instituições de ensino superior a lidar com essa complexidade cultural e linguística (Cavalcanti; Maher, 1993). Nesse contexto, as políticas linguísticas podem servir como ferramentas de inclusão, permitindo tanto a preservação quanto o ensino de línguas minoritárias, ao passo que favorecem a integração dessas comunidades no ambiente acadêmico.



Buscamos, nas páginas que seguem, compreender como essas políticas são formuladas e implementadas, com o intuito de pontuar caminhos possíveis para o desenvolvimento linguístico nas instituições, a partir das experiências/propostas relatadas/regulamentadas. Entre as principais questões investigadas estão: Quais línguas são valorizadas nas políticas linguísticas das instituições e quais são impactos possíveis dessa valorização? De que forma os documentos abordam a questão da diversidade linguística? De que forma a questão da internacionalização é verificável nos textos? Quais são os desafios e oportunidades para o desenvolvimento de políticas linguísticas mais inclusivas nas instituições de ensino superior da região?

A análise dessas políticas é essencial para entender como a diversidade linguística é tratada no ambiente acadêmico e quais são as implicações para a formação dos estudantes no contexto da internacionalização do ensino superior. Dessa forma e para melhor apresentação do trabalho, este artigo está dividido da seguinte forma: uma seção dedicada aos conceitos e abordagens referentes à política linguística; uma seção de panorama das políticas linguísticas no ensino superior; seguindo para a metodologia, os resultados e discussão, e as considerações finais.

2 Política Linguística: conceitos e abordagens

A política linguística pode ser definida como o conjunto de práticas, decisões e diretrizes destinadas à regulação e gestão do uso das línguas em diferentes contextos sociais e institucionais (Spolsky, 2004). Esse campo, de caráter multifacetado, abrange não apenas a promoção de uma língua oficial, mas também o reconhecimento e a preservação de línguas minoritárias, além de envolver decisões sobre o ensino e o emprego das línguas em variados níveis educacionais.

Spolsky (2004) aponta que as políticas linguísticas abrangem três componentes principais: as crenças sobre a língua, as práticas linguísticas e o planejamento linguístico explícito. As crenças referem-se às ideologias que as pessoas têm sobre as línguas, o que muitas vezes influencia as decisões sobre quais línguas devem ser ensinadas, aprendidas ou promovidas. As práticas linguísticas envolvem o uso real das línguas em diferentes contextos, enquanto o planejamento linguístico é a formulação explícita de políticas para orientar o uso da língua em um determinado

contexto, seja ele nacional, regional ou institucional. Essas três dimensões interagem de maneira complexa, moldando as dinâmicas sociais e culturais relacionadas às línguas.

Em nível nacional, as práticas linguísticas refletem a diversidade linguística de um país, sendo influenciadas por fatores como a demografia, a política e a história. O uso de línguas oficiais e minoritárias é um exemplo evidente dessa diversidade. Em muitos países, a coexistência de várias línguas cria uma dinâmica em que algumas línguas são mais valorizadas ou têm mais prestígio social do que outras. Isso pode ser observado em nações multilíngues, como o Brasil, onde o português é a língua oficial, mas existem diversas línguas indígenas e outras línguas minoritárias faladas em comunidades específicas (Hornberger, 2006). O planejamento linguístico em nível nacional, por sua vez, visa gerenciar essa diversidade, implementando políticas para fortalecer a língua oficial, promover o bilinguismo ou proteger línguas ameaçadas (Spolsky, 2004). As decisões sobre a língua de instrução nas escolas, a língua dos meios de comunicação e a língua utilizada em documentos governamentais são alguns exemplos das ações de planejamento linguístico em âmbito nacional. O Brasil, por exemplo, tem adotado iniciativas para a preservação e valorização das línguas indígenas, enquanto busca fortalecer o português como língua de unidade nacional (Silva, 2017).

Em um contexto regional, as práticas linguísticas podem variar substancialmente em relação ao cenário nacional, refletindo particularidades culturais, históricas e sociais locais. Regiões com uma concentração de falantes de uma língua minoritária ou indígena tendem a apresentar práticas linguísticas que desafiam ou complementam o uso da língua oficial (Fishman, 2001). No Brasil, por exemplo, as práticas linguísticas nas regiões Norte e Nordeste, onde há uma presença significativa de línguas indígenas e comunidades quilombolas tornando-as regiões que concentram a maior diversidade linguística do país, divergem das práticas linguísticas das regiões Sul e Sudeste, fortemente influenciadas pelas línguas de imigração (Cavalcanti, 1999; Iphan, 2016). Essa realidade contribui para compreender as dinâmicas sociolinguísticas do Brasil, que incluem desde a preservação de línguas ameaçadas até o impacto da internacionalização no panorama educacional. Nesse sentido, o planejamento linguístico regional pode, portanto, focar na promoção e preservação de línguas locais, assegurando que essas comunidades tenham acesso à educação e serviços públicos em suas línguas maternas. Em muitos casos, políticas linguísticas regionais buscam proteger a identidade cultural e linguística de minorias, promovendo uma educação multilíngue que valoriza tanto a língua local quanto a língua nacional.



No âmbito institucional, especialmente em instituições de ensino e organizações governamentais, as práticas linguísticas estão fortemente relacionadas ao papel da língua como um meio de comunicação formal e ferramenta de aprendizado. Nas universidades, por exemplo, as práticas linguísticas podem incluir o uso de línguas estrangeiras, como o inglês, no ensino e na pesquisa, como parte de estratégias de internacionalização (Phillipson, 2016). Ao mesmo tempo, essas instituições precisam lidar com a diversidade linguística dos alunos e funcionários, promovendo o respeito e a valorização de línguas minoritárias ou regionais. Assim, o planejamento linguístico institucional foca na criação de políticas que orientem o uso da língua em diferentes âmbitos, desde a comunicação interna até o ensino (Spolsky, 2004). Um exemplo é a implementação de programas de *English as a Medium of Instruction* (EMI), que refletem não apenas as demandas da globalização, mas também o desafio de equilibrar a promoção do inglês com a valorização da língua nacional e regional (Dearden, 2014). As políticas linguísticas institucionais, nesse sentido, precisam abordar tanto a inclusão de línguas locais quanto o preparo dos estudantes para um mercado de trabalho globalizado, onde o domínio de línguas estrangeiras é cada vez mais valorizado.

3 Políticas Linguísticas no Ensino Superior: um panorama

A política linguística no ensino superior é marcada por complexidades que surgem de sua interação com questões de identidade, poder e globalização. As universidades, como espaços centrais de produção e disseminação do conhecimento, desempenham um papel crucial na formulação de normas linguísticas que moldam tanto as práticas pedagógicas quanto as identidades culturais e sociais. Nesse cenário, a língua não se configura apenas como uma ferramenta de comunicação, mas também como um instrumento poderoso de inclusão e exclusão, capaz de estruturar as relações de poder dentro das instituições (Bourdieu, 1991).

A escolha da língua de instrução no ensino superior apresenta profundas implicações para o acesso e a permanência dos estudantes. Quando uma única língua é estabelecida como padrão, seja a língua nacional ou o inglês (que tem se consolidado como a língua franca global), a política linguística pode funcionar como um mecanismo de exclusão, criando barreiras para aqueles que não dominam plenamente essa língua. Assim, o uso exclusivo de uma língua dominante pode reforçar desigualdades sociais e culturais preexistentes, marginalizando grupos linguísticos

minoritários e exacerbando a exclusão social (Phillipson, 2016). Em contraste, políticas linguísticas que valorizam a diversidade e promovem o uso de múltiplas línguas são capazes de contribuir para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo. Ao adotar abordagens plurilíngues, que reconhecem e integram as diferentes línguas faladas pelos estudantes, não apenas se facilita o acesso ao conhecimento, mas também se enriquecem as práticas pedagógicas e o ambiente cultural das instituições (Hornberger, 2006).

O impacto da língua no ensino superior vai além da inclusão ou exclusão dos estudantes; ela também influencia profundamente a construção do conhecimento. A linguagem é o meio pelo qual o saber é construído e mediado, e a escolha de uma língua de instrução não é uma decisão neutra. Essa escolha reflete escolhas epistemológicas e ideológicas que influenciam profundamente como os conceitos são compreendidos, disseminados e reproduzidos (Bourdieu, 1991). O crescente uso da língua inglesa no ensino superior, especialmente em programas de pós-graduação e na pesquisa científica, exemplifica claramente essa dinâmica. O inglês se tornou a língua franca da academia global, facilitando a disseminação do conhecimento internacionalmente e promovendo o intercâmbio acadêmico, fortalecendo assim o processo de internacionalização das universidades. No entanto, essa predominância também apresenta limitações. Para aqueles que não são fluentes na língua, o acesso ao conhecimento se torna restrito, e, ao mesmo tempo, essa hegemonia linguística pode promover uma homogeneização cultural e epistemológica, limitando a diversidade de perspectivas (Altbach; Knight, 2007).

A internacionalização do ensino superior tem sido um dos principais vetores para o crescente destaque do inglês nas políticas linguísticas das universidades. Com a globalização e a demanda crescente por profissionais bilíngues ou multilíngues, muitas instituições têm adotado programas e cursos ministrados em inglês, com o objetivo de atrair estudantes internacionais e fortalecer suas redes de colaboração acadêmica global (De Wit, 2011). Contudo, a internacionalização não deve ser vista apenas como a imposição de uma língua estrangeira. Estudos sugerem que a internacionalização deve ser um processo de enriquecimento cultural e linguístico que valorize a diversidade de línguas e perspectivas globais (Knight, 2011). Políticas linguísticas que promovam o multilinguismo, ao invés de simplesmente substituir as línguas locais pelo inglês, podem resultar em uma internacionalização mais inclusiva e equilibrada, preservando o patrimônio linguístico e cultural das diversas regiões (Phillipson, 2016).

Entretanto, a implementação de políticas linguísticas justas e inclusivas no ensino superior encontra diversos desafios. Esses desafios incluem a resistência à mudança, a escassez de recursos financeiros e humanos e a formação inadequada de docentes para lidar com a diversidade linguística. Em muitos contextos, a pressão para adotar o inglês como língua dominante está associada a uma diminuição do prestígio das línguas locais e minoritárias, o que pode aprofundar as desigualdades sociais e culturais (Phillipson, 2016). Todavia, existem também oportunidades importantes para o desenvolvimento de políticas linguísticas mais equitativas. A promoção do plurilinguismo nas universidades pode não apenas facilitar o acesso e a inclusão de estudantes de diferentes origens linguísticas, mas também contribuir para a formação de cidadãos globais mais conscientes e sensíveis à diversidade cultural (García; Lin, 2016). Além disso, políticas que incentivem o uso de múltiplas línguas no ensino e na pesquisa podem contribuir para o fortalecimento da internacionalização das universidades, sem comprometer a preservação das línguas locais.

Dessa forma, a política linguística no ensino superior emerge como um campo de estudo complexo e multifacetado, que demanda uma análise cuidadosa das relações entre linguagem, poder, conhecimento e identidade. Ao reconhecer os desafios e as oportunidades inerentes a esse contexto, é possível desenvolver políticas linguísticas que promovam inclusão, equidade e qualidade no ensino superior. Assim, ao valorizar a diversidade linguística e cultural, as instituições de ensino podem não apenas democratizar o acesso ao conhecimento, mas também desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Hornberger, 2006).

Abordada a fundamentação teórica pertinente ao estudo, a próxima seção tratará da metodologia utilizada para a obtenção e análise dos resultados.

4 Metodologia

Esta seção é dedicada a apresentar os procedimentos metodológicos tomados para alcançar os objetivos propostos nas seções anteriores. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, o presente trabalho parte da Análise Documental (Gil, 2008) nos sites das Instituições Públicas de Ensino Superior da Região Norte do país. Para melhor apresentação da

abordagem metodológica, esta seção está subdividida em dois componentes: Área de Pesquisa e Procedimentos Metodológicos.

4.1 Área de Pesquisa: Região Norte do Brasil

A Região Norte do Brasil, com uma área territorial de aproximadamente 3.853.677 km², é a maior entre as regiões do país em termos de extensão. Compreendendo 450 municípios distribuídos em sete estados — Amazonas (AM), Pará (PA), Acre (AC), Roraima (RR), Rondônia (RO), Amapá (AP) e Tocantins (TO) —, a região se destaca por sua vasta diversidade geográfica e cultural. Embora seja a menos populosa do Brasil, com uma população estimada em cerca de 17,3 milhões de habitantes, a Região Norte abriga uma rica biodiversidade, sendo predominantemente coberta pela Floresta Amazônica e cortada por grandes rios como o Amazonas e o Rio Negro. Essa região também é o lar de inúmeras comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais, que desempenham um papel essencial na preservação dos ecossistemas locais e na manutenção de tradições culturais milenares. A densidade demográfica é baixa, refletindo tanto os desafios logísticos impostos pela geografia quanto a dispersão populacional.

A Região Norte do Brasil abriga um conjunto significativo de instituições públicas de ensino superior, compostas por onze universidades federais, cinco universidades estaduais e sete institutos federais (não foram consideradas, neste estudo, instituições privadas, particulares e/ou comunitárias). Essas instituições desempenham um papel fundamental na promoção da educação, da pesquisa e do desenvolvimento regional, contribuindo para a formação de capital humano qualificado e para a geração de conhecimento científico e tecnológico. Além de sua importância para o fortalecimento das capacidades locais, essas entidades são agentes essenciais na promoção do desenvolvimento socioeconômico e na preservação das riquezas culturais e ambientais que caracterizam a região. São elas:

Tabela 01: Relação de instituições públicas federais por estado da região norte.

Estado	Instituição
Acre	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) Universidade Federal do Acre (UFAC)

Amapá	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) Universidade Estadual do Amapá (UEAP)
Amazonas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Pará	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) Universidade Federal do Pará (UFPA) Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Rondônia	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Roraima	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Universidade Federal de Roraima (UFRR) Universidade Estadual de Roraima (UERR)
Tocantins	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) Universidade Federal do Tocantins (UFT) Universidade do Tocantins (UNITINS)

Fonte: Elaborado pelos autores do presente artigo.

Mesmo sendo a região com maior número de estados, a Região Norte ainda é a região com o menor número de pessoas matriculadas na educação superior, seja na rede pública ou privada, com estimados 408.458 alunos matriculados no ano de 2022[†]. Esses dados revelam uma disparidade regional significativa no acesso à educação superior no Brasil, evidenciando a necessidade de considerar essa desigualdade na formulação de novas metas e estratégias de desenvolvimento voltadas para o setor.

Após apresentar a área de pesquisa, passamos à próxima subseção, a qual tratará dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

4.2 Procedimentos metodológicos

Considerando os objetivos de compreender como essas políticas são formuladas e implementadas, com o intuito de pontuar caminhos possíveis para o desenvolvimento linguístico

[†] Os desafios da Educação Superior no Norte do Brasil (UNIFESSPA, 2022). Disponível em: <https://unifesspa.edu.br/noticias/6424-os-desafios-da-educacao-superior-no-norte-do-brasil>



nas instituições, a partir das experiências/propostas relatadas/regulamentadas, o método de pesquisa utilizado baseia-se na Análise Documental (Gil, 2008). A análise documental, também conhecida como pesquisa documental, é uma metodologia amplamente utilizada em estudos acadêmicos e científicos, que consiste na coleta, exame e interpretação sistemática de documentos variados, sejam eles textuais, visuais ou digitais. Esses documentos podem incluir artigos, relatórios, arquivos históricos, leis, registros institucionais, entre outros, que são relevantes para o problema de pesquisa (Lima; Oliveira; Santos; Schnekenberg, 2021; Gil, 2008)

A estratégia utilizada fundamentou-se na busca, nos sites oficiais das Instituições Públcas de Ensino Superior, pelas Políticas Linguísticas de cada instituição. Para isso, no primeiro momento, procurou-se por seção específica destinada à Política Linguística. Em sua ausência, optou-se por fazer a procura na barra de buscas dos sites das instituições, utilizando o termo “política linguística”. Persistindo a ausência, decidiu-se utilizar o buscador Google para fazer a seguinte pesquisa: “política linguística + sigla da instituição”.

Após a caracterização da área de estudo e a descrição dos métodos empregados, apresentaremos os resultados obtidos a partir da análise documental, apresentados nos quadros a seguir; bem como a discussão realizada, a qual é dividida em: Diversidade Linguística e Políticas de Valorização de Línguas Indígenas, Políticas de Internacionalização e o Papel do EMI, Implementação e Avaliação das Políticas Linguísticas e Formação Acadêmica e Práticas Pedagógicas.

5 Resultados e discussão

Das 22 Instituições Públcas de Ensino Superior (IES) na Região Norte do Brasil, sete apresentaram documentos formais referentes à Política Linguística em seus sites oficiais. Essas instituições incluem o Instituto Federal do Acre (IFAC), com resolução publicada em 22 de Dezembro de 2021; Instituto Federal do Amapá (IFAP), publicada em 22 de Abril de 2019; Universidade Federal do Amazonas (UFAM), publicada em 2018; Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), com resolução publicada em 28 de Agosto de 2018; Universidade Federal do Pará (UFPA), publicada em 26 de Outubro de 2018; Universidade Federal de Rondônia (UNIR), publicada em 27 de Março de 2020; e Universidade Federal do Tocantins (UFT), com resolução publicada em 30 de Agosto de 2018. As políticas linguísticas mencionadas apresentam uma

notável paridade no que diz respeito aos seus anos de publicação, com um intervalo temporal de apenas quatro anos. Esse fato pode sugerir que o desenvolvimento dessas políticas pode ter sido impulsionado pelo programa Ciência Sem Fronteiras, do Governo Federal. Esse programa tinha como objetivo selecionar, apoiar e financiar estudantes para intercâmbios internacionais, promovendo a mobilidade acadêmica. Para participar dessa iniciativa, as universidades precisaram formular políticas linguísticas alinhadas às demandas e práticas de mobilidade acadêmica internacional da época, garantindo que seus estudantes estivessem aptos a atender aos critérios linguísticos exigidos pelos países anfitriões e instituições parceiras. Esse movimento pode não apenas ter incentivado a elaboração de políticas, mas também contribuído para integrar a internacionalização como um elemento central nas estratégias institucionais.

De forma a abordar de forma sucinta as Políticas Linguísticas encontradas, um resumo sobre cada uma delas será apresentado nos quadros a seguir, identificando sua respectiva instituição e ano de publicação.

Quadro 01: Política Linguística do Instituto Federal do Acre (IFAC)

Resolução CONSU/IFAC nº 50
Publicação: 22 de Dezembro de 2021
A Política Linguística do Instituto Federal do Acre (IFAC) tem como foco orientar atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às línguas, abrangendo não apenas o ensino da Língua Portuguesa e Libras, mas também de línguas estrangeiras, afro-brasileiras e indígenas. Baseada em uma perspectiva sociointeracionista, a política reconhece a interação social e política como central para a construção de significados. Entre seus principais objetivos, estão a oferta de ensino de línguas adicionais para servidores, discentes e a comunidade externa, com vistas à cooperação internacional e à mobilidade acadêmica, além de alinhar o ensino de línguas às políticas públicas existentes. A política também busca promover oportunidades de aprendizado intercultural e multilingüístico, além de desenvolver competências transculturais e globais, avaliadas por meio de exames internacionais de proficiência. A língua espanhola é integrada ao ensino médio como parte de uma iniciativa política de integração com os países latino-americanos. A implementação das ações é conduzida pela Coordenação de Estudos Linguísticos (Coeli), em parceria com os <i>campi</i> , assegurando recursos adequados e o corpo docente especializado.

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo.

Quadro 02: Política Linguística do Instituto Federal do Amapá (IFAP)

Resolução Nº 39/2019/CONSUP/IFAP
Publicação: 22 de Abril de 2019
A Política Linguística do Instituto Federal do Amapá (IFAP) foi estabelecida para apoiar a internacionalização do ensino, pesquisa e extensão, com ênfase nas relações interculturais e na inclusão social. Seus principais objetivos

incluem a promoção do ensino de línguas adicionais para servidores, discentes e a comunidade externa, visando à mobilidade acadêmica e à cooperação internacional. A política também busca fomentar ambientes plurilingüísticos e multiculturais dentro da comunidade interna do IFAP e estimular a interação com parceiros internacionais. Além disso, a política valoriza a cooperação com o setor público e privado como forma de garantir a sustentabilidade das ações linguísticas. Também se destaca o ensino de português como língua adicional para estrangeiros, bem como a valorização das línguas indígenas locais nos processos de aprendizagem. Entre os princípios norteadores estão a equidade, a inclusão, o respeito à diversidade e a autonomia dos envolvidos no processo pedagógico. O ensino de línguas está articulado com ações transversais de ensino, pesquisa, extensão e gestão, com o objetivo de fomentar vivências interculturais em todos os *campi* da instituição.

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo.

Quadro 03: Política Linguística da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Resolução Nº 028/2018 CONSEPE

Publicação: 14 de Dezembro de 2018

A Política Linguística da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi instituída com o objetivo de promover o ensino de línguas adicionais dentro da universidade, alinhando-se com o processo de internacionalização do ensino, pesquisa e extensão. A política destaca a valorização da diversidade linguística e cultural, buscando incluir tanto a língua portuguesa quanto outras línguas estrangeiras no currículo da instituição. Entre os principais objetivos da política estão a promoção de ambientes plurilíngues e multiculturais, a inclusão social por meio da oferta de oportunidades de aprendizado de línguas e a valorização das línguas indígenas locais. A UFAM também busca fomentar o desenvolvimento de projetos interinstitucionais de cooperação internacional, visando a capacitação de discentes, docentes e técnicos-administrativos para atuarem em contextos globais. A estrutura da política envolve a oferta de cursos de idiomas, com ênfase no ensino de português como língua adicional (PLA) para estrangeiros, além de cursos e oficinas voltados à formação e capacitação de professores e alunos, garantindo, assim, a promoção de um ambiente educacional inclusivo e intercultural.

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo.

Quadro 04: Política Linguística da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Resolução Nº 206/2018 CONSUN

Publicação: 28 de Agosto de 2018

A política linguística da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) está alinhada com a valorização da diversidade cultural e linguística da região amazônica, onde a presença de comunidades indígenas e ribeirinhas é marcante. No entanto, a universidade também busca fomentar a internacionalização e o uso de línguas estrangeiras, como o inglês, por meio de iniciativas de mobilidade acadêmica e parcerias internacionais, destacando-se por um equilíbrio entre a preservação das línguas locais, em especial as indígenas, e o incentivo ao aprendizado de línguas estrangeiras, visando à ampliação das oportunidades acadêmicas e profissionais dos estudantes. A UFRA promove projetos de extensão e pesquisa que abordam a educação bilíngue e o ensino de línguas para comunidades tradicionais, refletindo seu compromisso com a inclusão e a diversidade linguística. Além disso, a universidade apresenta iniciativas voltadas para a internacionalização em casa. O foco da UFRA está na criação de políticas que permitam o diálogo entre saberes locais e globais, promovendo uma educação inclusiva e voltada para a realidade amazônica, sem perder de vista as exigências do cenário acadêmico internacional.

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo.

Quadro 05: Política Linguística da Universidade Federal do Pará (UFPA)



Resolução Nº 5.110/2018

Publicação: 26 de Outubro de 2018

As políticas linguísticas da Universidade Federal do Pará (UFPA) são orientadas por uma série de princípios que destacam a diversidade linguística e cultural do Brasil, a democratização do acesso ao aprendizado de línguas e a cooperação internacional. A Resolução nº 5.110, de 26 de outubro de 2018, institui a Política Linguística da UFPA, com foco na promoção da diversidade linguística, no apoio ao processo de internacionalização, na valorização de intercâmbios culturais e na inclusão social. A UFPA busca criar um ambiente plurilíngue e multicultural, com ações que incentivam o aprendizado de idiomas para toda a comunidade acadêmica, incluindo alunos, professores e servidores. Essas políticas também promovem a cooperação interinstitucional, a mobilidade acadêmica e a valorização da língua portuguesa como idioma de educação e ciência. Além disso, elas apoiam atividades que incentivam a comunicação em línguas estrangeiras, indígenas e de sinais, e promovem iniciativas voltadas à inclusão de comunidades linguísticas diversas.

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo.

Quadro 06: Política Linguística da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Resolução Nº 190/2020

Publicação: 27 de Março de 2020

A Política Linguística da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), instituída pela Resolução nº 190 de 2020, visa promover a diversidade linguística e cultural da região, valorizando o multilinguismo e integrando populações nas fronteiras amazônicas. A política foca na internacionalização, incentivando intercâmbios com instituições da Amazônia, América Latina e Caribe, além de garantir o acesso universal ao ensino de idiomas e a valorização de línguas indígenas. Também busca acolher imigrantes e refugiados por meio do ensino de português como língua adicional, e considera a diversidade linguística nos processos de ensino, pesquisa e extensão. Uma comissão permanente foi criada para supervisionar sua implementação.

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo.

Quadro 07: Política Linguística da Universidade Federal de Tocantins (UFT)

Resolução Nº 26/2018

Publicação: 30 de Agosto de 2018

A Política Linguística da Universidade Federal de Tocantins (UFT), instituída pela Resolução nº 26 de 2018, visa integrar o aprendizado de línguas aos currículos acadêmicos e promover a internacionalização. Ela incentiva o ensino de línguas estrangeiras, com foco no inglês, para ampliar a mobilidade acadêmica e a cooperação internacional. Além disso, a UFT valoriza a oferta de exames de proficiência e o ensino de português como língua adicional para estrangeiros. A política também busca fomentar o multilinguismo e o multiculturalismo, apoiar o ensino de línguas indígenas e Libras, além de criar infraestruturas para a aprendizagem de línguas e capacitar docentes para ministrar disciplinas em idiomas estrangeiros.

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo.

As políticas linguísticas dessas instituições demonstram variabilidade significativa em termos de valorização da diversidade linguística e de estratégias de internacionalização. Nesta seção, são analisadas as políticas linguísticas dessas sete IES, organizadas em subtemas- chave,



que abrangem a diversidade linguística, o uso de línguas indígenas, a internacionalização e o EMI (*English as a Medium of Instruction*).

Ressalta-se que o foco das análises das Políticas Linguísticas aqui realizadas não tem o intuito de criticar ou favorecer instituições, mas sim refletir sobre elas, em busca de um desenvolvimento geral das políticas linguísticas da Região Norte do Brasil.

5.1 Diversidade linguística e políticas de valorização de línguas indígenas

A diversidade linguística, especialmente no contexto das línguas indígenas, ocupa um papel de destaque em algumas das instituições analisadas, pois parte da ideia de uma relação indissociável entre língua e cultura, convertendo cada língua em um fenômeno cultural para os falantes, representando sua singularidade, importância e representatividade identitária (IPHAN, 2016). Esse conceito abrange tanto línguas predominantes quanto minoritárias, bem como suas diferentes formas e dialetos, evidenciando a complexidade e a riqueza das comunidades linguísticas.

Das 7 (sete) políticas linguísticas analisadas, 2 (duas) abordaram a diversidade linguística de forma explícita e 5 (cinco) apresentaram em parte e/ou de forma implícita. A UFAM, localizada no Amazonas, é um exemplo marcante desse compromisso, apresentando uma política linguística que promoveativamente a preservação e o uso das línguas indígenas, integrando cursos e projetos de pesquisa voltados para essas línguas, com objetivos de incorporação, tanto no currículo acadêmico quanto em iniciativas de extensão.

São objetivos da Política da UFAM: [...] Fomentar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológicas voltados para a Língua Portuguesa, LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, Espanhol para as áreas de fronteira, línguas estrangeiras modernas, línguas clássicas e línguas indígenas [...] (UFAM, 2018, p. 03).

Essa postura reflete uma intenção de valorização das línguas indígenas, apresentando-as como parte integral da formação acadêmica e do compromisso institucional com as comunidades locais.

A UFRA também demonstra reconhecimento das línguas indígenas, embora de forma mais restrita. Suas políticas contemplam algumas iniciativas isoladas, como a oferta de disciplinas relacionadas a essas línguas e projetos específicos de pesquisa sobre a diversidade linguística da região.



à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) compete: incentivar que envolvam língua materna, língua de sinais, línguas indígenas e línguas estrangeiras, como componentes obrigatórios ou eletivos dos currículos de graduação e qualificação do estudante da UFRA; (...) (UFRA, 2018, p. 09).

Em contrapartida, outras instituições mencionam as línguas regionais em seus documentos de política linguística, porém as ações efetivas ficam limitadas a iniciativas pontuais de extensão. Não há menções claras de uma integração bem desenvolvida dessas línguas nos currículos ou nas práticas pedagógicas. A ausência de uma política linguística mais abrangente pode ser atribuída às dificuldades de integrar línguas indígenas em instituições técnicas, cujo foco principal é o ensino profissionalizante. Tal integração deve ir além da inclusão formal de línguas indígenas, considerando também o respeito aos saberes tradicionais, às particularidades linguísticas de cada povo e aos seus processos específicos de aprendizagem. É fundamental que essa integração seja articulada de maneira colaborativa, envolvendo as comunidades indígenas na construção do projeto político-pedagógico, garantindo que ele reflita suas perspectivas culturais e educacionais. Essa abordagem fortalece não apenas a preservação das línguas e culturas indígenas, mas também promove uma educação técnica que seja realmente inclusiva e alinhada às necessidades e valores dessas comunidades (PROEJA, 2007). Esse desafio pode ser exacerbado pela ênfase predominante em currículos técnicos e vocacionais, que frequentemente priorizam línguas majoritárias e terminologias específicas do setor. Essa abordagem reflete diretamente a noção de "domínio" apresentada por Spolsky (2004) em suas reflexões sobre políticas linguísticas. Segundo Spolsky, os domínios representam contextos sociais específicos em que as práticas linguísticas são moldadas pelas normas e expectativas dos participantes. No caso do domínio acadêmico, essa priorização tende a marginalizar línguas minoritárias, como as indígenas, limitando sua presença e reconhecimento no ambiente educacional. Contudo, a incorporação de línguas indígenas nesse domínio não apenas desafia essas normas predominantes, mas também promove ações inclusivas e transformadoras. Ao considerar o papel das línguas indígenas no contexto acadêmico, abre-se espaço para sua valorização e preservação. Essa inclusão pode gerar benefícios significativos, como a promoção de uma educação mais inclusiva, que respeite e integre a diversidade cultural e linguística das comunidades, além de contribuir para a formação de profissionais mais conscientes e sensíveis às questões culturais e sociais.

. Essa abordagem não apenas enriquece a experiência educacional, mas também contribui para a formação de profissionais mais conscientes e culturalmente sensíveis.

5.2 Políticas de internacionalização e o papel do EMI

Outro aspecto relevante das políticas linguísticas diz respeito à internacionalização e ao uso do Inglês como Meio de Instrução (*English as a medium of instruction* - EMI). Das 7 (sete) políticas linguísticas analisadas, 2 (duas) apresentaram políticas de internacionalização de forma explícita, 1 (uma) apresentou em parte e/ou de forma implícita e 4 (quatro) não apresentaram. O papel do EMI apresentou a mesma configuração das políticas de internacionalização.

A internacionalização refere-se ao processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global no propósito, função e provisão do ensino superior (Knight, 2003). Já o EMI, é uma prática educacional onde o inglês é utilizado como a principal língua de instrução e interação acadêmica, não como disciplina de ensino, mas como o idioma em que os conteúdos são ministrados (British Council, 2015; Galloway; Numajiri; Ree, 2020).

Instituições como a UFPA e a UFT apresentam propostas claras para a implementação do EMI em seus programas de pós-graduação.

A Política Linguística da Universidade Federal do Tocantins tem como diretrizes: [...] capacitação e incentivo a docentes para ministrarem disciplinas em língua estrangeira, em especial, em língua inglesa, como meio de instrução, principalmente em programas stricto sensu, a fim de fomentar a atração de alunos estrangeiros bem como impulsionar a internacionalização à comunidade acadêmica UFT [...] (UFT, 2018, p. 03).

Na UFPA, a política linguística indica um esforço para integrar o inglês nas práticas acadêmicas por meio de cursos voltados à internacionalização e parcerias com instituições estrangeiras: “à Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER) compete: [...] prospectar parceiros nacionais e internacionais para convênios e termos de cooperação” (UFPA, 2018, p. 04).

Essa estratégia é acompanhada de iniciativas que buscam preparar os alunos para a mobilidade acadêmica internacional, criando um ambiente onde o inglês tem um papel importante no currículo, mesmo que de forma ainda incipiente em cursos de graduação. Nesse contexto, o planejamento linguístico voltado à internacionalização do ensino pode ser interpretado à luz da teoria de Spolsky (2004), que define os domínios como espaços sociais específicos nos quais as

práticas linguísticas são guiadas por normas e expectativas estabelecidas pelos participantes. No domínio acadêmico, a introdução do inglês reflete tanto as normas institucionais quanto as pressões externas relacionadas à globalização e à necessidade de adaptação às exigências da mobilidade internacional. Assim, a inclusão do inglês no currículo representa uma forma de microgestão dentro do domínio acadêmico, promovendo alinhamento com os objetivos estratégicos de internacionalização e contribuindo para transformar o ambiente universitário em um espaço mais globalizado e inclusivo.

Entretanto, a ausência de políticas institucionais claras e estruturadas que promovam o uso do inglês nas práticas pedagógicas apresenta desafios significativos, ao mesmo tempo em que abre perspectivas para o desenvolvimento e fortalecimento do EMI nessas universidades, como demonstra: “ao CPL/UFAM compete [...] propor junto ao PROEG, PROPESP, PROTEC e PROGESP, ações ministradas e/ou realizadas em línguas estrangeiras que visem o fortalecimento da internacionalização na UFAM” (UFAM, 2018, p. 04). Embora haja um reconhecimento crescente da importância do inglês, sua utilização permanece restrita a eventos específicos ou cursos isolados em áreas como tecnologia e ciências exatas.

Em relação às instituições de ensino técnico, há ações coordenadas, como o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que considera e trata a Internacionalização dos Institutos Federais de Ensino Técnico.

A despeito do EMI, embora ainda não tenha sido implementado - e se questiona, atualmente, a real possibilidade disso acontecer no Brasil (Gimenez, et al., 2021) -, há uma ênfase crescente na importância de fortalecer a competência em línguas estrangeiras, especialmente inglês e espanhol, por meio de programas direcionados tanto a alunos quanto a servidores, destacando o potencial dessas ações para promover a internacionalização no futuro.

5.3 Implementação e avaliação das políticas linguísticas

A implementação e a avaliação das políticas linguísticas também variam entre as instituições analisadas. Das 7 (sete) políticas linguísticas analisadas, 2 (duas) apresentaram o tópico em questão de forma explícita, 1 (uma) apresentou em parte e/ou de forma implícita e 4 (quatro) não apresentaram.

A UFPA e a UFT apresentam mecanismos bem estabelecidos para monitorar e avaliar suas políticas linguísticas. De acordo com os documentos analisados, essas instituições publicam

relatórios periódicos sobre a internacionalização e investem em programas de formação continuada para docentes e discentes. Nesse contexto, a UFT (2018, p. 7) prevê “colaborar, por meio de ações conjuntas, com a formação linguística continuada de profissionais que atuam na área de ensino de idiomas da educação básica, promovendo, assim, o diálogo e a aproximação entre a universidade e as escolas”. Tais práticas têm o intuito de garantir uma aplicação mais coesa e sistemática das políticas linguísticas, objetivando sua efetividade.

As políticas linguísticas de algumas instituições carecem de processos formais de avaliação, o que resulta em uma aplicação fragmentada e pouco estruturada. A ausência de mecanismos de monitoramento contínuo compromete a eficácia dessas políticas e impede a criação de um ciclo de aprimoramento contínuo. Sob a perspectiva teórica de Spolsky (2004), esse cenário reflete deficiências nas três dimensões centrais da política linguística: práticas, crenças e gestão. A falta de avaliação sistemática prejudica a articulação entre as práticas linguísticas, ou seja, as escolhas reais de uso da língua no cotidiano acadêmico, e as crenças linguísticas, que são as percepções e valores atribuídos às línguas e suas funções no contexto institucional. Além disso, a gestão linguística, que compreende a formulação, implementação e monitoramento de políticas linguísticas, é enfraquecida pela inexistência de mecanismos formais de avaliação.

Mesmo em instituições que valorizam a diversidade linguística, como as línguas indígenas, a falta de uma avaliação sistemática da implementação e do impacto dessas políticas dificulta o progresso. Além disso, a inexistência de políticas linguísticas formalizadas em certas instituições leva à predominância de ações isoladas, frequentemente impulsionadas por iniciativas individuais, sem um alinhamento institucional mais amplo.

5.4 Formação acadêmica e práticas pedagógicas

A valorização das línguas, tanto regionais quanto estrangeiras, influencia diretamente as práticas pedagógicas e a formação acadêmica nas instituições analisadas. Conforme Tardif (2014), a formação acadêmica consiste em um processo de socialização intelectual que integra a aquisição de conhecimentos especializados com o desenvolvimento de uma atitude crítica e reflexiva sobre o próprio campo de estudo. Já as práticas pedagógicas “se referem a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos” (Franco, 2016, p. 536).

Das 7 (sete) políticas linguísticas analisadas, 2 (três) apresentaram o tópico em questão de forma explícita, 3 (três) apresentaram em parte e/ou de forma implícita e 1 (uma) não apresentou. A UFPA e a UFT apresentam em seus documentos esforços para integrar o ensino de línguas estrangeiras nos currículos, principalmente em programas de pós-graduação. Essas iniciativas visam preparar os alunos para o mercado global e facilitar o acesso a oportunidades acadêmicas internacionais.

Constituem ações de competência da Coordenação do Programa Idiomas sem Fronteiras: [...] propor ações, juntamente com a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQ) e Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), que valorizem o letramento acadêmico e a aprendizagem de línguas na graduação, na pós-graduação e na extensão da UFT" (UFT, 2018, p. 06).

Algumas instituições de ensino superior têm se concentrado mais na inclusão de línguas indígenas em seus currículos, promovendo a formação de profissionais sensíveis à diversidade linguística regional. Por outro lado, instituições com foco técnico têm demonstrado interesse em ampliar suas ações para incluir a formação em línguas estrangeiras, alinhando-se ao que Spolsky (2004) descreve como crenças linguísticas. Essas crenças refletem a percepção de que o uso de línguas estrangeiras pode oferecer benefícios sociais, econômicos e acadêmicos significativos, sobretudo no domínio acadêmico, onde essas práticas se manifestam de maneira estruturada e orientada por normas institucionais. Nesse contexto, a inclusão de línguas estrangeiras nos currículos acadêmicos é percebida como uma estratégia não apenas para atender às demandas de internacionalização, mas também para preparar os estudantes para interações globais e para o enfrentamento das dinâmicas de um mercado de trabalho cada vez mais globalizado. Por isso, a ausência de uma política linguística estruturada pode limitar o alcance dessas iniciativas, evidenciando a necessidade de estratégias mais abrangentes para integrar a diversidade linguística e fortalecer as competências em línguas estrangeiras.

Considerações finais

A análise das Políticas Linguísticas das Instituições Públicas de Ensino Superior da Região Norte do País evidenciou que, embora haja esforços notáveis para a inclusão da diversidade linguística e para a promoção da internacionalização nas IES, a implementação

dessas políticas ainda varia consideravelmente entre as instituições. O EMI, em particular, enfrenta barreiras significativas, sendo que as universidades demonstram certo progresso na inclusão do inglês em seus currículos, ainda que de forma inicial. O fortalecimento dessas políticas dependerá da formulação de diretrizes mais claras, bem como de sua implementação e avaliação contínuas, para garantir que atendam às demandas regionais e internacionais.

Por fim, o desenvolvimento e a implementação de políticas linguísticas eficazes nas IES da Região Norte do Brasil requerem uma abordagem integrada que considere as especificidades regionais e globais. A formulação de diretrizes mais específicas, aliada à criação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, será fundamental para garantir que essas políticas atendam às demandas acadêmicas regionais, nacionais e internacionais, promovendo uma educação superior de qualidade, inclusiva e conectada ao mundo globalizado.

CRediT

Reconhecimentos: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP UFPA), Faculdade de Línguas Estrangeiras (FALEST), Projeto EMI Brasil.

Financiamento: Não é aplicável.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Não é aplicável.

Contribuições dos autores:

MOREIRA, Tatiane Lopes.

Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Recursos, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.

TIMMERMANN, Rafael de Souza.

Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.

Referências

ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. Internationalization of Higher Education. *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n. 3/4, p. 290-305, out./dez. 2007. DOI: 10.1177/1028315307303542.

BOURDIEU, Pierre. *Language and symbolic power*. Cambridge: Harvard University Press, 1991. Acesso em: https://www.miguelangelmartinez.net/IMG/pdf/1991_bourdieu_language_ch1.pdf

BRITISH COUNCIL. *O ensino de inglês na educação pública brasileira: elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisas Plano CDE*. São Paulo: British Council Brasil, 2015.

CAVALCANTI, Marilda C. *Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil*. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 15, n. spe, p. 385-417, 1999. DOI: 10.1590/s0102-44501999000300015.

CAVALCANTI, Marilda; MAHER, Teresa M. Interação transcultural na formação do professor índio. In: SEKI, Lucy (Org.). *Linguística indígena e educação na América Latina*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 217-230, 1993.

COSTA, Catarina de Sena Sirqueira Mendes. *Variação/Diversidade Linguística, Oralidade e letramento: discussões e propostas alternativas para o ensino de língua materna*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2012, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: EDUFU, 2012. v. 2.

DEARDEN, Julie. *English as a medium of instruction – a growing global phenomenon*. British Council, p. 1-40, 2014. Acessado em: https://www.britishcouncil.es/sites/default/files/british_council_english_as_a_medium_of_instruction.pdf

DE WIT, Hans. Globalisation and internationalisation of higher education. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)*, v. 8, n. 2, p. 241-248, 2011. UOC.

FISHMAN, Joshua. 300-plus years of heritage language education in the United States. In: PEYTON, Joy K.; RANARD, Donald A.; McGINNIS, Scott (Eds.). *Heritage languages in America: Preserving a national resource*. Washington, DC; McHenry, IL: Center for Applied Linguistics; Delta Systems, 2001. p. 81-89. Acesso em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED458809.pdf>

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Revista Brasileira de Estudos PEDAGÓGICOS RBEP-INEP*, v. 97, p. 534-551, 2016.

GALLOWAY, Nicola.; NUMAJIRI, Takuya; REES, Nerys. *The 'internationalisation', or 'Englishisation', of higher education in East Asia*. Higher Education, v. 80, n. 3, p. 395-414, 2020.

GARCÍA, Ofelia; LIN, Angel M. Y. Translanguaging in bilingual education. In: GARCÍA, Ofelia; LIN, Angel; MAY, Stephen (orgs.). *Bilingual and multilingual education*. Cham: Springer International Publishing, p. 1-14, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, Telma., CALVO, Cabrini Simões., EL KADRI, Michele Sales., MARSON, Marilice Zavagli., & EL KADRI, Atef. (2021). *Por uma agenda de pesquisa sobre Inglês como Meio de Instrução no contexto de ensino superior brasileiro*. Trabalhos em Linguística Aplicada, 60, 518-534. Acessado em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/pkXRxdygskqXgKLXgjC8Sjz/?format=pdf>

HORNBERGER, Nancy H. Discursive approaches to understanding teacher collaboration: policy into practice. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, v. 9, n. 4, p. 495-499, 2006. DOI: 10.2167/beb338.0.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. *Resolução nº 50: Política de Internacionalização e Política Linguística*. 2021. Acesso em:

https://sei.ifac.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=485054&id_orgao_publicacao=0

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. *Resolução nº 39: Regulamentação da Política Linguística.* 2019. Acesso em: <https://portal.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/1966-resolucao-n-39-2019-consup>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). (Brasil). *Guia de pesquisa e documentação para o INDL : patrimônio cultural e diversidade linguística / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Brasília-DF. 2016.

KNIGHT, Jane. Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios na Ásia. In: *Internationalisation of Higher Education: Concepts, Trends and Challenges.* 2011.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; OMENA DOS SANTOS, Adriana Cristina; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. *Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa.* Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

LO BIANCO, Joseph. Educational linguistics and education systems. In: SPOLSKY, Bernard; HULT, Francis M. (Eds.). *The handbook of educational linguistics.* Maldon, MA: Blackwell, p. 113-127. 2018. Acesso em: <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/65606/1/54.pdf.pdf>

PHILLIPSON, Robert. Native speakers in linguistic imperialism. *Journal for Critical Education Policy Studies*, v. 14, n. 3, 2016. Acesso em: <http://www.jceps.com/wp-content/uploads/2016/12/14-3-4.pdf>.

PROEJA. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: *Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena.* Ministério da Educação (MEC). 2007.

SILVA, Edson. Os Povos Indígenas e o Ensino: Reflexões e Questionamentos às Práticas Pedagógicas. *Revista Tópicos Educacionais*, vol. 23, n. 2, julio-diciembre, pp. 89-107. 2017.

SPOLSKY, Bernard. *Language policy.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TARDIF, Maurício. *Saberes docentes e formação profissional.* Petrópolis: Vozes, 2014. Acesso em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724102/mod_resource/content/1/Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. *Resolução nº 28: Institui a Política Linguística.* 2018. Acesso em: https://antigocompec.ufam.edu.br/arquivo/resolucoes/resolucao_028_2018_consepe.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Resolução nº 5.110: Institui a Política Linguística da UFPA.* 2021. Acesso em: https://www.prointer.ufpa.br/images/docs/Resolu_N_5110__Institui_a_Polica_Linguistica.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. *Resolução nº 190: Institui e regulamenta a Política Linguística na UNIR.* 2020. Acesso em: https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolu_o_190_CONSUN_Pol_tica_Linguistica_HOMOLOGA_DA_55022554.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. *Resolução nº 26: Instituição da Política Linguística da UFT.* 2018. Acesso em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/l3ESjO0sTfej9KhzBb5PWg>.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. *Resolução nº 206: Instituição e Regulamentação das Políticas Linguísticas.* 2018. Acesso em: https://novo.ufra.edu.br/images/Conselhos_Superiores/CONSUN/2018/kyoScan-8.28.2018-14.37.13.pdf

ZHANG, Chen.; ZHAO, Ronghui.; HUANG, Yan. *The framework and features of language policies in global constitutional texts.* *Frontiers in Psychology*, v. 13, p. 1-11, 2023.